

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

“Resolver a questão da dívida”. Para fazer outra...

Os ministros da Fazenda dos países do chamado **Grupo dos Oito**, integrado por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela, além do Panamá, que se encontra afastado, aprovaram uma proposta conjunta sobre o problema da redução da dívida externa. Esta proposta consta de documento redigido no início desta semana no Rio de Janeiro, que será agora submetido aos presidentes desses países para encaminhamento, até o final deste mês, aos governos dos países desenvolvidos.

Está bem claro, portanto, que os participantes do **Grupo dos Oito** pretendem negociar politicamente a dívida externa da América Latina (cerca de 350 bilhões de dólares), a fim de buscar uma solução diferente da que tem sido adotada nas negociações bilaterais com os bancos credores. Segundo documento aprovado durante a reunião, “a redução da transferência de recursos para o Exterior é condição indispensável para a adequada execução da política econômica, assim como para a retomada de um crescimento sustentado”.

Os ministros da Fazenda concordaram em que a redução do estoque e dos juros da dívida “é o instrumento mais apropriado para a redução da transferência de recursos”. Embora os detalhes sobre a proposta que será encaminhada aos governos dos países desenvolvidos não tenham sido revelados, sabe-se que ela terá caráter de urgência em virtude da difícil situação dos países do **Grupo dos Oito**, alguns dos quais estariam prestes a suspender os pagamentos da dívida antes mesmo de receberem a resposta dos países desenvolvidos.

Felizmente, porém, o tom geral da reunião do Rio de Janeiro, na visão do ministro Mailson da Nóbrega, foi de “moderação e realismo”, coisa que não pode ser garantida para o futuro, dada a possibilidade de vitória de forças políticas em alguns países adeptas de posturas e soluções radicais na área da dívida.

Os sete ministros presentes ao encontro incluíram no documento aprovado, entre outras idéias, a troca da dívida atual por bônus emitidos com garantia dos países desenvolvidos ou de organismos multilaterais de crédito. Falou-se igualmente na possibilidade de criação de uma agência multilateral, cujo capital seria fornecido pelos países desenvolvidos. Caberia a esta agência a compra de débitos antigos pelo seu valor no mercado secundário, isto é, com deságio, ficando o saldo reduzido por conta dos devedores.

O “timing” para essa proposta dos devedores não poderia ser melhor, pois os governos do Japão, da França e o futuro presidente dos Estados Unidos, George Bush, já se manifestaram várias vezes a favor de uma nova iniciativa no campo da dívida externa dos países em desenvolvimento, que ajudaria a restabelecer importantes fluxos do comércio internacional hoje bloqueados pelas dificuldades dos devedores. Assim, parece-nos que a reunião do Rio de Janeiro foi bastante oportuna.

Apesar da moderação e do realismo demonstrados pelo ministro da Fazenda brasileiro, no entanto, o encontro dos **Oito** não escapou da falta de visão que tem caracterizado as reuniões de países latino-americanos. Esta miopia atávica ficou demonstrada, por exemplo, pela inclusão no documento final aprovado de uma referência aos **novos financiamentos para os países da região**. De acordo com o noticiário, os novos financiamentos são considerados imprescindíveis para a execução de políticas de ajuste econômico e para a redução da transferência de recursos ao Exterior...

Ora, há um flagrante absurdo no fato de os mesmos governos que mandam seus representantes reunirem-se em sessão solene para redigir um documento avisando seus credores de que não podem continuar pagando o que lhes devem — e, mais que isto, que nem “é justo” que continuem pagando o que lhes devem — fecharem tal advertência com um pedido de novos financiamentos “imprescindíveis” para ajustar economias que, segundo eles próprios, estão desajustadas por endividamento excessivo...

Mas para além do absurdo, parece-nos que estes governos estão mesmo é iludidos. O rápido crescimento das dívidas externas dos países em desenvolvimento a partir dos anos 70 foi consequência de um excesso de liquidez internacional, acentuado pelos generosos depósitos em petrodólares a partir de meados da década de 70, que minguaram no fim dos anos 80. Se não fosse por essa abundância de recursos, dificilmente os bancos comerciais teriam embarcado na plethora de empréstimos aos governos e às empresas estatais dos países em desenvolvimento como Brasil, México e Argentina, apenas para citar alguns exemplos mais notórios. O caminho normal teria sido a concessão de empréstimos ou financiamentos para empresas do setor privado, administradas de maneira eficiente, para a realização de investimentos nessas economias. Além disso, somente teriam sido financiados projetos comprovadamente viáveis, rigorosamente avaliados por meio de metodologias internacionais e não obras faraônicas como a ponte Rio-Niterói, o ambicioso programa nuclear do governo Geisel ou a aparentemente inevitável ferrovia Norte-Sul que o presidente Sarney está construindo.

Dessa forma, em vez de pedir ajuda para congelar uma dívida impagável de 350 bilhões de dólares e, ao mesmo tempo, defender a concessão de novos financiamentos — ou seja, a constituição de uma nova dívida —, o que os ministros da Fazenda dos **Oito** deveriam ter feito é prometer publicamente que jamais contrairiam dívidas de bancos comerciais de forma tão irresponsável quanto no passado e optar desde já pela abertura de suas economias ao ingresso de capitais de risco, que seriam a partir de agora — como sempre foram antes dos anos 70 — o principal fator de sustentação do crescimento, como acontece nos países desenvolvidos.

Ao defenderem o aumento da dívida mediante a “concessão de novos financiamentos”, os ministros da

Fazenda dos países endividados mostram que ainda não perceberam onde está o verdadeiro mal que o endividamento fez a suas economias: ao engordar empresas estatais e permitir a realização de investimentos não prioritários, os dólares do Exterior, em vez de financiarem o desenvolvimento, foram sendo transformados nos elefantes-brancos acima descritos que, como insaciáveis sorvedouros de riquezas que são, acabaram inviabilizando o desenvolvimento dos países contemplados.

Este seria um grande tema para ser discutido em qualquer reunião sobre a dívida externa. Mas, ao que tudo indica, os governos dos **Oito** não consideram este um ponto digno de maior atenção.